

MARGENS DA DEMOCRACIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA

GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

UNICAMP ANO 50

Comissão Editorial

ITALA M. LOFFREDO D'OTTAVIANO

EDUARDO GUIMARÃES



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Reitor*

Marco Antonio Zago

*Vice-reitor*

Vahan Agopyan



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Diretor-presidente*

Plinio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

*Presidente*

Rubens Ricupero

*Vice-presidente*

Carlos Alberto Barbosa Dantas

Chester Luiz Galvão Cesar

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Mayana Zatz

Tânia Tomé Martins de Castro

Valeria De Marco

*Editora-assistente*

Carla Fernanda Fontana

*Chefe Téc. Div. Editorial*

Cristiane Silvestrin

*Marcos Siscar*  
*Marcos Natali*  
(orgs.)

# MARGENS DA DEMOCRACIA

A literatura e a questão da diferença

EDITORIA  
UNICAMP

ed<sup>usp</sup>

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

---

M336 Margens da democracia: a literatura e a questão da diferença. / Marcos Siscar e Marcos Natali (orgs.). – Campinas, SP / São Paulo, SP: Editora da Unicamp / Editora da USP, 2015.

1. Política na literatura. 2. Liberdade na literatura. 3. Democracia. I. Siscar, Marcos, 1964- II. Natali, Marcos Piason, 1971- III. Título.

ISBN 978-85-268-1302-1 (Editora da Unicamp)  
ISBN 978-85-314-1584-5 (Edusp)

CDD - 801.95  
- 321.8

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Política na literatura	801.95
2. Liberdade na literatura	801.95
3. Democracia	321.8

Copyright © by Marcos Siscar e  
Marcos Natali (orgs.)

Copyright © 2015 by Editora da Unicamp e Editora da USP

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp  
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp  
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728  
www.editoraunicamp.com.br  
vendas@editora.unicamp.br

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo  
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária  
CEP 05508-050 – São Paulo – SP – Brasil  
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150  
www.edusp.com.br  
e-mail: edusp@usp.br

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
--------------------	---

### 1

#### LITERATURA E DEMOCRACIA

1.1 DEMOCRACIA DA VIDA COMUM	
<i>João Camillo Penna</i> .....	13
1.2 A SOBERBA DO NAUFRÁGIO: POESIA, ELITISMO, DEMOCRACIA	
<i>Marcos Siscar</i> .....	47
1.3 POESIA, LÍNGUA COMUM?	
<i>Marcelo Jacques de Moraes</i> .....	81
1.4 ENCAROÇADA DE ESTRELAS: ALGUNS POEMAS DE PAULO HENRIQUES BRITTO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	
<i>Roberto Zular</i> .....	109
1.5 O AUTORITARISMO DOS CRÍTICOS: HERNÁN VIDAL, IDELBER AVELAR E AS TRANSFORMAÇÕES DA <i>CRÍTICA</i> <i>LITERÁRIA DEMOCRÁTICA</i>	
<i>Edwin Orlando Camacho Quintero</i> .....	133

2

LITERATURA E DIFERENÇA

2.1	MARGENS DA HISTÓRIA: A REVISITAÇÃO DO PASSADO NA FICÇÃO AFRO-BRASILEIRA	
	<i>Eduardo de Assis Duarte</i> .....	167
2.2	LER O NEGRO EM <i>CIDADE DE DEUS</i>	
	<i>Carolina Correia dos Santos</i> .....	191
2.3	EM NOME DA LÍNGUA E DA LITERATURA: JACQUES DERRIDA E ABDELKEBIR KHATIBI TESTEMUNHAM	
	<i>Maria Angélica Deângeli</i> .....	209
2.4	IMPASSES DO PÓS-COLONIALISMO E “OS POVOS ORIGINÁRIOS”	
	<i>Meritxell Hernando Marsal</i> .....	227

3

LITERATURA E LIBERDADE

3.1	A DESCONSTRUÇÃO É A JUSTIÇA	
	<i>Raul Antelo</i> .....	245
3.2	O SACRIFÍCIO DA LITERATURA	
	<i>Marcos Natali</i> .....	269
3.3	ESTRELA MELANCÓLICA EM CÉU NOTURNO: A PERVERSÃO COMO GENEALOGIA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM ROBERTO BOLAÑO	
	<i>Tiago Guilherme Pinheiro</i> .....	303
3.4	FANTASMAGORIA	
	<i>Jaime Ginzburg</i> .....	349
3.5	NOTAS SOBRE FORMAS DE DOMINAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA	
	<i>Smaïl Hadj Ali</i> .....	359
	SOBRE OS AUTORES.....	377

## APRESENTAÇÃO

Neste volume, textos de pesquisadores de diferentes universidades abordam o problema das relações entre literatura e democracia. O termo “democracia” passa, hoje, por transformações e redefinições que incluem, em seu largo espectro, questões concernentes tanto a uma forma de governabilidade que vem ganhando *status* de hegemonia quanto a uma espécie de fazer político que procura reestabelecer a possibilidade coletiva de reformulação da estrutura social. Nesse contexto, os cruzamentos entre literatura e democracia tendem a caracterizar-se por uma série de conflitos, que se manifestam: nas relações entre a arte e a lei (a liberdade de expressão, os direitos humanos etc.); nos discursos que almejam a emergência de coletividades marginais; nas relações entre mercado de arte, democracia e economia neoliberal; no balanço do papel das artes para o estabelecimento de regimes democráticos recentes; e, por fim, na difícil convivência entre literatura, ensino e demandas de inclusão social.

Por isso, é importante questionar o uso ligeiro e o teor frequentemente lacunar que ganham noções como “democracia” e

“literatura”, transformadas em chaves mestras para qualquer discussão. As tensões advindas da experiência democrática são reconhecíveis tanto nos lugares em que se manifestam seus vácuos e seus limites (em situações de exceção e de ditadura, por exemplo) quanto em situações de plena operacionalidade, quando a democracia, requisitada a mediar determinados conflitos, deixa à mostra de modo ostensivo seus mecanismos de controle e de exclusão. Tomadas como conteúdos autônomos, como respostas prontas para situações em que o discurso é colocado à prova, “democracia” e “literatura” acabam por dar forma até mesmo às nossas perguntas, estabelecendo a “pauta” do discurso exatamente onde este deveria mostrar-se mais exigente.

É possível dizer que os diferentes usos do termo “democracia” apontam para modalidades distintas da experiência *política* contemporânea e, como tal, atribuem lugares e valores à literatura e à cultura. O imperativo do pluralismo, por exemplo, tem função importante nesse debate, ao empenhar-se em desarmar determinados recalques históricos, dando espaço às representações minoritárias, ao mesmo tempo em que corre o risco de despolitizar a relação com as novas mídias. O que é plural precisa sempre de *mais um*. E, assim, democracia e literatura caracterizam-se especialmente por fazer falta, ainda mais agudamente quando seus nomes são mais pronunciados.

Ao mesmo tempo em que podemos reconhecer figuras gerais dessa experiência política, não deixa de ser importante averiguar as situações específicas em que o discurso literário articula sua relação com o presente, colocando a literatura em situações igualmente sensíveis: na condição de imperativo metodológico, de paixão crítica, de obediência ou de dever absolutos, sugerindo por essa via não apenas um problema teórico ou corporativo, mas igualmente sua relação com a lei e com o campo religioso.

Evocar as margens da democracia, no interesse de uma reflexão sobre a literatura, é também um modo de reconhecer os dispositivos visíveis ou invisíveis que sustentam essas noções e, portanto, um modo de problematizar o uso que delas é feito no discurso crítico, retirando-as de sua mera instrumentalização como *objeto* (literatura) ou como *contexto* (democracia). Colocar à prova a pertinência da literatura na sua relação com a lógica democrática (e inversamente) é uma maneira de recolocar em pauta palavras como “comunidade”, “justiça”, “exclusão”, “distinção”, “vida”, “língua”, “origem”, dando a elas profundidade ético-crítica sem necessariamente restringi-las a um teor político-moral. Trata-se, antes, de compreender o que cada uma dessas noções pode dizer ou testemunhar a propósito de uma experiência *comum* que, paradoxalmente, não deixa de constituir uma experiência de alteridade.

Talvez mais do que nunca, a literatura (campo no qual o discurso entretém uma relação com o “estético”) e o pensamento, de modo mais amplo, são lugares nos quais está em jogo nossa relação com a experiência comum. As leituras de textos de Roberto Bolaño, Abdelkebir Khatibi, Jacques Derrida, Paulo Henriques Britto, Arthur Rimbaud, Nuno Ramos, Mallarmé, Jean-Marie Gleize e Paulo Lins, entre outros, ilustram e problematizam a necessidade de tal reflexão.

A fim de organizar essa proposta, os trabalhos que compõem este livro foram dispostos em torno de três eixos básicos: *Literatura e democracia*, *Literatura e diferença*, *Literatura e liberdade*. Ao longo das três partes, aparecem de modo recorrente algumas noções, como língua, poesia e vida comum (nos textos de João Camillo Penna, Marcos Siscar e Marcelo Jacques de Moraes); a relação entre literatura e Estado democrático, especialmente em contextos de transição democrática (nos textos de Roberto Zular e Edwin Camacho Quintero); a discussão so-

bre as peculiaridades da relação entre literatura e identidades linguísticas e étnicas (nos ensaios de Eduardo de Assis Duarte, Carolina Correia dos Santos, Maria Angélica Deângeli e Meritxell Hernando Marsal); a preocupação com formas de restrição da liberdade e, ao mesmo tempo, a atenção aos modos pelos quais é utilizada a reivindicação de liberdade (em Raul Antelo, Marcos Natali, Tiago Guilherme Pinheiro, Jaime Ginzburg e Smaïl Hadj Ali). Assim, como o leitor poderá conferir, em boa parte dos ensaios trata-se de examinar o uso retórico ou piedoso das palavras *democracia* e *literatura*.

O núcleo deste livro provém de um conjunto de trabalhos apresentados em dois simpósios realizados no primeiro semestre de 2011, na USP e na Unicamp.

O primeiro, resultado da iniciativa de Carolina Correia dos Santos e Tiago Guilherme Pinheiro, na época doutorandos na USP, foi batizado com o título que agora identifica também esta coletânea. Naquela oportunidade, Marcos Siscar, Roberto Zular, Edwin Camacho Quintero, Eduardo de Assis Duarte, Maria Angélica Deângeli, Jaime Ginzburg e Meritxell Hernando Marsal apresentaram textos incluídos neste volume.

Poucos meses depois, o segundo simpósio, realizado na Unicamp, incorporou à discussão proposta alguns trabalhos novos, de autoria de João Camillo Penna, Marcelo Jacques de Moraes, Raul Antelo, Smaïl Hadj Ali e Marcos Natali.

O interesse e o envolvimento crítico que esses encontros motivaram explicam a existência deste livro, que reúne os textos apresentados nas duas ocasiões, somados aos de Carolina Correia dos Santos e Tiago Guilherme Pinheiro, organizadores do acontecimento de origem que tornou possíveis os posteriores.

Os organizadores

1

LITERATURA E DEMOCRACIA



## 1.1

### DEMOCRACIA DA VIDA COMUM<sup>1</sup>

*João Camillo Penna*

Um dos últimos poemas em prosa de Arthur Rimbaud intitula-se “Democracia”:

Democracia

“A bandeira vai bem com a paisagem imunda, e nosso patoá ensurdece o tambor.”

“Nos centros alimentaremos a mais cínica prostituição. Massacraremos as revoltas lógicas.”

“Aos países licenciosos e dissolutos! – a serviço das mais monstruosas explorações industriais ou militares.”

“Adeus ao aqui, ou seja onde for. Recrutas de boa vontade, nossa filosofia será feroz; ignorantes da ciência, pervertidos pelo conforto; que se arrebe o mundo que lá está. É a verdadeira marcha. Em frente, vamos!”<sup>2</sup>

Talvez não haja poema mais terrivelmente corrosivo sobre a democracia como produto de exportação do que esse. Todo entre aspas, suas frases são citações, trechos ouvidos, clichês repre-

sentativos de uma “democracia imperial”, que se desdobra na exportação da “mais cínica prostituição” a todos os centros do mundo. Sob esse estandarte, as frases de efeito, *ready-mades* panfletários, falam sobre o nosso mundo, em que se denomina *processo civilizatório* às “explorações industriais e militares” em países “apimentados e sem têmpera” (como eu traduziria, *pays poivrés et détrempés*). A referência ao massacre das “revoltas lógicas” remete sem dúvida ao testemunho de Rimbaud da execução de dezenas de milhares de *communards* durante a comuna de Paris, em maio de 1871, que Rimbaud viu com os próprios olhos, em novembro do mesmo ano, com seu amigo Delahaye, há mais ou menos 140 anos. A democracia do título é, portanto, a fórmula de propaganda, a democracia de cartão, surgida depois da derrota da democracia popular da comuna, que deu nascimento à Terceira República francesa.<sup>3</sup>

O que chamamos democracias hoje em dia são na verdade governos que guardam do nome *democracia* apenas uma memória etimológica: trata-se de governos literalmente “sem povo”, em que um pequeno número de dirigentes, integrantes de uma oligarquia de fato, representa os interesses do capital financeiro internacionalizado, gerindo os negócios do mundo e suas grandes fortunas, e em que a patética classe política desempenha um papel de no máximo coadjuvante. A isso chamamos apologeticamente de “democracias liberais”, expressão que tem um travo conservador e na qual o termo *liberal* (e a *liberdade* nele implícita) não deixa de conter uma profunda ironia. *Democracias*, portanto, diríamos, logo de início, com Rimbaud, não há.



As frases ou perguntas encaminhadas como proposta para este “Colóquio Margens da Democracia” apontam para uma

*crise* que eu diria ser uma crise da política e, antes de mais nada, uma crise que envolve o nome *democracia*. Ambas as palavras, *política* e *democracia*, pertencem ao vocabulário grego e sobre-determinam a vida coletiva no Ocidente por uma perspectiva estatal, embutida na cidade-estado ateniense. Optarei aqui, de início, por uma medida de facilidade, por discutir com vocês as relações internas à democracia, entendida como democracia representativa, isto é, como democracia por isso mesmo, por definição, apenas marginalmente democrática (isto é, “sem povo”), e deixarei, por ora, de lado a literatura como sistema de representação. Dessa forma, circunscrevo imediatamente uma divisão interna à democracia, o que no elenco de perguntas da proposta é designado como *tensão*: a “tensão que se encontra no interior do termo democracia”. *Tensão*, como explicado adiante, entre a democracia como “forma de governabilidade” e um fazer político, isto é, uma prática que procura “restabelecer a possibilidade de uma coletividade reformular a estrutura social em que se encontra”. *Tensão*, dito de outra maneira e simplificando um pouco, entre a forma de governo democrática e a coletividade que a compreende e vive sob esse governo democrático. O que se descreve aqui é uma divisão entre, de um lado, a democracia como forma de governo, ou “governabilidade” identificada com o Ocidente – portanto, com “*status* de hegemonia” – e, de outro, a soberania, a autodeterminação dos governados, a coletividade “popular”.

Giorgio Agamben, em uma pequena nota de 2009, faz a mesma observação: há um mal-entendido cada vez que se emprega a palavra *democracia* hoje em dia porque se entende por ela duas coisas distintas: uma forma de governo e uma soberania, uma constituição e uma técnica de governar, uma racionalidade político-jurídica e uma racionalidade econômico-governamental.<sup>4</sup> Essa confusão, ou anfibologia, cuja genealogia, como

de hábito, Agamben situa filologicamente, precisa ser deslindada para que se comece a poder formular com mais rigor o problema da democracia. Ela explicaria, entre outras coisas, a hipertrofia do segundo aspecto, da arte de governar, em detrimento do primeiro, a soberania do *demós*, do povo, suposta no termo *democracia*, fazendo com que cada vez mais ela seja pensada única e exclusivamente como “governabilidade”, como se diz hoje, ou seja, como “gestão”; e se evacue a democracia de qualquer sentido genuinamente soberano do termo. A crise iniciada por essa confusão parte, portanto, de uma constatação, ou um diagnóstico: de que a coletividade governada pela democracia não formula ou reformula a própria estrutura social, isto é, não governa.

Derrida – em *Voyous*, título que poderíamos traduzir por *Vádios*, versão francesa de *rogue*, a expressão cunhada pelo governo Clinton para designar os países não subordinados à soberania norte-americana, os *rogue states* (os “Estados vádios” ou “rebel-des”) – lembrava, em 2003, que os únicos países no mundo que não reivindicavam para si o nome de democracias eram as teocracias muçulmanas.<sup>5</sup> E, justamente, algo como uma crise atingiu hoje (em 2011), de forma particularmente espetacular, a esses mesmos países árabes, iniciando um processo de intenso questionamento do teor autocrático desses Estados, ditaduras, via de regra apoiadas pelas “democracias” seculares (?) ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, rumo a um horizonte que poderíamos considerar, à primeira vista, democrático.<sup>6</sup> Retornarei a esse ponto adiante. De todo modo, é evidente que a invenção democrática é contemporânea da filosofia grega, à medida que a desqualificação do *mythos* coincide com a edificação de um *logos*, no momento do desaparecimento dos cultos agrários e teocráticos, e do deus-rei.<sup>7</sup> O que não impede que essa mesma filosofia tenha tido relações conflituosas com a demo-

cracia, esforçando-se incansavelmente por corrigir-lhe os defeitos estruturais e sendo eventualmente condenada, na figura de Sócrates, por insubordinação civil. Ou seja, “a democracia é em primeiro lugar o outro da teocracia”,<sup>8</sup> enquanto regime que carece de um fundamento ontológico ou teológico, que se institui precisamente no momento da dissolução do vínculo comunitário, e que se estabelece como coexistência de singularidades sociais que não podem ser subsumidas a uma *interioridade*, e sim exclusivamente a partir de vínculos *exteriores*, em uma *sociedade*.

A constatação expressa na proposta do colóquio remete, portanto, a um mal-estar, que poderíamos, quem sabe, traduzir da seguinte maneira: o pensamento rigoroso da democracia liberal, fixado na Inglaterra como modelo tripartite dos poderes, admirado por Montesquieu (e detestado por Rousseau), convertido em seguida pela Revolução Americana em generalidade republicana universalizável, e afinado ao longo das décadas como sistema de “pesos e contrapesos” (*checks and balance*), consiste, antes de mais nada, em um procedimento de monitoramento recíproco dos poderes constituídos e pouco mais do que isso. O otimismo a que remete, de um equilíbrio dos poderes autocontrolados, desde que se respeitem as regras estritas sobre a composição desses poderes e se regule rigorosamente o conflito entre eles, se interessa apenas marginalmente pela realidade existencial daqueles que representam. Os representantes desses poderes se interessam pelo destino de seus representados unicamente à medida que legitimem o exercício de seu poder representativo. O resultado evidente, conforme o diagnóstico mais comum, é que os poderes se autorrepresentam e não representam a coletividade da qual supostamente seriam representantes. A essa fiscalização recíproca, no entanto, se dá a aparência de mobilidade, de que se trata de uma forma maleável, dúctil, in-

finitamente transformável de governo. O que não é evidentemente o caso. “A pior forma de governo, com exceção de todas as outras que foram tentadas”,<sup>9</sup> na famosa fórmula de Winston Churchill, assimila o pior regime à falibilidade humana, ao erro da criatura humana, equiparado a um paradigma por definição não ideal, mas o mais próximo possível dele, já que aperfeiçoável. A política como exercício do “possível” é o que se estabelece dessa forma; sendo a democracia o regime mais adequado à falibilidade humana porque a aceita, porque pode ser melhorado.

Em um campo diverso, no ambiente da filosofia, e de um ponto de vista oposto ao que resumi acima, a democracia vem sendo pensada como horizonte reformista e um programa nunca atingível, precisamente como um *ideal*. Democracia é aqui uma ideia da razão, no sentido kantiano do termo. Derrida, em uma entrevista dos anos 1980, intitulada *Política e amizade*, fala da democracia nesses termos, segundo uma perspectiva que depois será elaborada em uma série de textos célebres.<sup>10</sup> A democracia é necessariamente uma democracia *por vir*, e convive com a acusação de que comporta ou admite a desigualdade social extrema, como no caso do Brasil. A democracia poderia ser pensada como uma espécie de utopia, uma regra ou horizonte da política, que propõe questões relevantes à experiência política sem ser ela mesma passível de produzir conhecimento real fornecido pela experiência, já que, enquanto ideia da razão, ela é em si inapresentável empiricamente. O que quer dizer que nunca chegaremos de fato à *democracia*.<sup>11</sup> Nessa perspectiva, ela se situa na vizinhança de uma hipótese messiânica da política.

Pelo lado empírico da questão, sabemos todos perfeitamente que a democracia não descreve o regime de todos. Em cada país “democrata” há os que vivem sob a “democracia” e aqueles que vivem sob uma outra lei, indefinível, governados por um outro governo, que é o duplo *Unheimlich* do governo efetivo e oficial;

esse outro governo, a coletividade “insólita”, “estranha” ou “inquietante” (traduzo de diversas maneiras o alemão de Freud) de governados, não vive em um estado democrático. O historiador norte-americano James Holston, em um livro sobre o Brasil, definiu o regime da cidadania setorializada do país como “democracia disjuntiva”.<sup>12</sup> O que aponta para uma fissura interna à democracia e nos permitiria retomar o título do Colóquio, “Margens da Democracia”, de outro ponto (mas no fundo o mesmo). Como entender essas margens nada plácidas, pontos de vista internos e externos à democracia, povoadas por “coletividades marginais” ou “disjuntivas”, que dividem o todo democrático, antinomicamente, em zonas heterotópicas, não subsumíveis à regra da governabilidade?<sup>13</sup> São essas “coletividades marginais” que, a partir da crise do Estado-providência – e do arremedo de Estado-providência que tivemos no Brasil, na forma do desenvolvimentismo, gerando um tipo de governabilidade que se convencionou chamar de neoliberalismo, na sequência da abertura política no país –, passaram a ser geridas em políticas institucionais (as “políticas de inclusão”) desenvolvidas pelos governos ou por organizações da sociedade civil, as organizações não governamentais. Tudo isso compõe um panorama e um diagnóstico que conduzem ao que eu chamaria de *crise*. É o que deduzo, antes de mais nada, da proposta do Colóquio. Com base nela podemos, portanto, propor quatro problemas situados em torno do *nome* democracia: uma confusão entre soberania e governo; um funcionamento da democracia representativa como política do possível, visto pragmaticamente como forma não ideal de governo; a democracia como utopia ou modelo para se colocar questões à política; a democracia como essencialmente marginal, como gestão seletiva de suas partes.



Dito isso, proponho-me a explorar um pouco a história do “termo” democracia. Sabemos que no capítulo III da *Política* (*Politeia*) de Aristóteles, trata-se de descrever os diversos regimes de soberania, de *kyrion*, com base em critérios quantitativos: o governo de um, de poucos ou de muitos, em sua forma reta: monarquia, aristocracia ou regime constitucional; ou em sua forma desviante, pervertida: tirania, oligarquia, democracia. A democracia é o regime desviante da soberania de muitos. Por oposição ao “regime constitucional”, tradução de *politeia* (ou *política*), título do próprio tratado, que ocupa aqui uma dupla função, a de termo geral que descreve a política e a de regime específico, da soberania “reta” (não desviante) de muitos, origem quem sabe da anfibologia a que se refere Agamben e que resumi acima. A diferença entre regimes retos e seus respectivos desvios é que, no regime reto, o único, os poucos ou os muitos governa(m) em vista do interesse comum, ao passo que nos regimes desviantes o único, os poucos ou os muitos governa(m) em vista de si mesmo(s).<sup>14</sup>

Escreve Aristóteles: “a tirania é o governo de um só com vista ao interesse pessoal; a oligarquia é busca do interesse dos ricos; a democracia visa o interesse dos pobres. Nenhum destes regimes visa o interesse da comunidade”.<sup>15</sup>

Mas até aí não se tem uma verdadeira ideia do significado da democracia para nós hoje em dia. Tal significado aparece quando Aristóteles explica que a diferença entre a *oligarquia* e a *democracia* é a pobreza e a riqueza.<sup>16</sup> A oligarquia é o governo dos ricos, em seu próprio interesse; a democracia é o governo dos pobres em seu próprio interesse. Ora, os ricos são poucos, e os pobres, numerosos. Arremata Aristóteles – e é aqui o ponto em que quero chegar – “a riqueza é de poucos, enquanto a liberdade é de todos”.<sup>17</sup> Observe-se a operação que tem lugar aqui: a liberdade (*eleuthéria*) é ao mesmo tempo a prerrogativa do